



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**

ACÓRDÃO

Apelação Cível nº 0002637-08.2015.815.0000 — 6ª Vara Cível da Capital.

Relator :Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides.

Apelante :Bompreço Supermercado do Nordeste S/A

Advogado :Ricardo Franceschini

Apelado :Efigênia Beria de Sousa Santos

Advogado :Lucrécia Formiga Bandeira e Euzélia Rocha Borges Serrano

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO — ACIDENTE NAS
DEPENDÊNCIAS DE SUPERMERCADO — NEGLIGÊNCIA DA
EMPRESA — PROCEDÊNCIA — DANOS MORAIS —
COMPROVAÇÃO — QUANTUM INDENIZATÓRIO
ARBITRADO COM RAZOABILIDADE — SENTENÇA
MANTIDA — DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

— Presentes os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil, quais sejam, conduta, dano, culpa e nexo de causalidade, fica obrigado o causador do acidente automobilístico a arcar com a indenização pelos danos morais.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos acima identificados.

ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em **negar provimento ao recurso**.

RELATÓRIO.

Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo Bompreço Supermercado do Nordeste S/A em face da sentença de fls. 109/118 que, proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Capital, **julgou procedente em parte os pedidos**, para condenar o demandado em danos morais na quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente desde o arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do evento danoso (13/07/2012), (Súmula 54 do STJ), tendo por improcedente o dano material, por ausência de comprovação do prejuízo financeiro.

Inconformado, o recorrente assevera, em síntese, que não há dano moral a ser indenizado, pois a queda ocorreu por um descuido da apelada e poderia ter acontecido com qualquer pessoa, uma vez que o piso não estava sujo, como alegou a apelada, tratando-se, pois, de culpa exclusiva da vítima. Assim, não haveria que se falar em dano moral. Diz ainda que, embora não tenha qualquer responsabilidade sobre o fato ocorrido, o supermercado providenciou todo o tratamento necessário ao promovente. Requer a reforma integral da sentença; alternativamente, a redução do valor da indenização por danos morais (fls.120/140).

Contrarrazões às fls. 147/151.

A Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 168/171, opinando apenas pelo prosseguimento do recurso, sem manifestação de mérito, porquanto ausente interesse que recomende a sua intervenção.

É o relatório.

VOTO

Alega o promovente que em 13 de julho de 2012 estava no supermercado Bompreço fazendo compras quando escorregou, lesionando gravemente a perna direita, em virtude do chão encontra-se sujo de iogurte.

Segundo sua narrativa, após gritar por socorro e ser inicialmente atendida por clientes, é que funcionários do estabelecimento ligaram para o SAMU e na sequência foi levada ao Hopstital Trauminha, no bairro de Mangabeira, onde, após muita demora e gritos de dor, foi atendida nos corredores do hospital, oportunidade em que lhe aplicaram injeção nas nádegas, na frente de vários pacientes que também aguardavam atendimento e teve a perna engessada.

Afirma que, após 3 dias ainda sentindo fortes dores, retornou ao supermercado requerendo atendimento em clínica particular. Encaminhada, desta vez, à Clínica de Ortopedia e Traumatologia de João Pessoa, o médico verificou que a imobilização do membro lesado causou ainda mais inchaço, a fim de corrigir o procedimento anterior e fazer os exames necessários, a autora permaneceu internada por dois dias na referida clínica.

Explica a promovente, ora apelada, que além de todo o abalo psíquico e moral sofrido, passou mais de 15 dias sem trabalhar, uma vez que vende doces e salgados e os entrega de bicicleta. Em seu depoimento, colhido em audiência (fls. 93/94), afirma que enquanto ficou sem trabalhar, ela e sua filha passaram por dificuldades financeiras, pois, embora o supermercado tenha custeado o tratamento e suas idas ao hospital, não recebeu qualquer outro tipo de ajuda financeira, embora tivesse necessitado de alimentos, material de limpeza, além de ter ficado inadimplente com aluguel e condomínio.

Pois bem.

De se atentar, que pelo acervo probatório coligido aos autos, o promovido/apelante teve total responsabilidade no acidente ocorrido com a promovente, pois esta caiu em suas dependências em virtude do piso encontra-se sujo de iogurte e, em decorrência dessa queda lesionou a perna que precisou ser imobilizada, além de ter sido interna.

Ressalte-se que o fato de ter providenciado o pronto atendimento da promovente e custeado medicamento e idas ao hospital não exime o recorrente da sua responsabilidade de indenizar a autora, já que não há dúvidas de que a responsabilidade do acidente foi da empresa que, negligentemente, deixou resíduos de alimento no chão, deixando-o escorregadio, sujeitando qualquer pessoa que frequenta o supermercado a um acidente como o ocorrido com o promovente, ou maior. Ao contrário do que alega a

empresa, não se trata de culpa exclusiva da vítima, mas de responsabilidade objetiva, em que basta observar o dano, a ação/omissão e o nexo causal entre aqueles.

Ademais, aquele que comete ato ilícito tem o dever de indenizar, é o que ensina a legislação civil pátria, senão vejamos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Sendo assim, nada há que ser modificado na sentença em relação à condenação em danos morais, considerando que a responsabilidade do acidente, repise-se, é da promovida, ao deixar de fiscalizar a limpeza e segurança de suas dependências.

É de se considerar que, em virtude da queda sofrida, a promovente foi levada a um hospital público, onde houve demora no atendimento que se deu nos corredores, na frente de outros pacientes. Todavia, o supermercado tinha convênio com clínica particular, para onde foi encaminhada após alguns dias de muita dor, onde permaneceu internada, pois a perna machucada foi indevidamente imobilizada, causando ainda mais inchaço. Ademais, ficou alguns dias sem trabalhar, o que lhe trouxe ainda mais angústia e transtornos.

Neste sentido a jurisprudência pátria, inclusive a desta Corte não destoam:

RESPONSABILIDADE CIVIL. Indenização. Queda de cliente em supermercado em razão de piso escorregadio. Responsabilidade objetiva do supermercado, por acidente de consumo e violação positiva do contrato. Serviço que não ofereceu a segurança esperada pelo consumidor. Documentos comprovando os gastos hospitalares. Danos morais in re ipsa, decorrentes da violação do direito à integridade física. Redução do quantum fixado pelos danos morais para melhor atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Quantia de R\$12.000,00 que se mostra mais adequada. Sentença reformada para redução do quantum. Recurso parcialmente provido. (TJSP; APL 0023467-49.2010.8.26.0554; Ac. 8944030; Santo André; Sexta Câmara de Direito Privado; Relª Desª Ana Lúcia Romanhole Martucci; Julg. 29/10/2015; DJESP 10/11/2015)

RESPONSABILIDADE CIVIL. QUEDA DE CLIENTE EM SUPERMERCADO. PISO ESCORREGADIO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO [ART. 14 DO CDC](#). DANO MORAL CONFIGURADO. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO NO QUANTUM ARBITRADO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Se o supermercado não apresenta condições de segurança adequadas para garantir a integridade física aos seus clientes, deve responder pelos danos causados por lesões sofridas por consumidores em suas dependências. Incidência do [art. 14 do CDC](#). 2. O requerido não se desincumbiu do ônus de comprovar a excludente de responsabilidade por ele alegada, de culpa exclusiva da vítima. 3. A situação vivenciada pela autora ultrapassa em muito o mero dissabor do dia a dia, configurando verdadeiro dano moral. 4. Consideradas as circunstâncias do caso concreto, não se vislumbra qualquer excesso no valor da indenização concedida. 5. Sobre os valores fixados, por se tratar de

relação contratual, devem incidir juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária desde o arbitramento no primeiro grau, uma vez que não houve modificação no quantum. 6. Recurso conhecido, porém desprovido. (TJCE; APL 042705479.2010.8.06.0001; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes; DJCE 12/03/2015; Pág. 51)

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PISO MOLHADO EM SUPERMERCADO. QUEDA COM FRATURA DO PÉ. AUSÊNCIA DE PLACA DE ADVERTÊNCIA. RESPONSABILIDADE - DE DA EMPRESA. FALTA DO DEVER DE CUIDADO. DANO MORAL CONFIGURADO. MINORAÇÃO. NECESSIDADE. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. A PARTIR DA CITAÇÃO. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REJEIÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. O apelante faltou com o seu dever de cuidado, adotando uma conduta imprudente e negligente, sendo evidente, assim, o dever de indenizar. Age com negligência o estabelecimento comercial que não tem a cautela de isolar o local que se encontrava molhado, provocando o escorregão e a queda da cliente, surgindo, daí, o dever de indenizar. A indenização por dano moral deve ser fixada mediante prudente arbítrio do juiz, de acordo com o princípio da razoabilidade. O valor não pode ensejar enriquecimento sem causa, nem pode ser ínfimo, a ponto de não coibir a reincidência em conduta negligente. [...]. (TJPB; AC 001.2010.023763-3/001; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. João Alves da Silva; DJPB 19/12/2013; Pág. 41)

Assim, estando comprovada a ocorrência de ato ilícito, resta saber se a fixação do *quantum* encontra-se em anuência com a conduta geradora do dano, observando-se a proporcionalidade entre a culpa do ofensor e a extensão do dano experimentado pela vítima. Desta feita, o ressarcimento do dano, para se configurar ‘justo’, deverá ser proporcional ao agravo sofrido pela vítima.

Além disso, é imperioso reconhecer a natureza dúplice do dano moral, eis que primeiramente tende a compensar, em termos financeiros, o prejuízo psíquico experimentado pela vítima, e num segundo momento, objetiva sancionar, também, através de um ônus financeiro, a conduta do ofensor, a fim de que este não volte a prejudicar terceiros.

Desta feita, não há que se falar em minoração da indenização, como pretende o apelante, pois o valor arbitrado pelo juízo *a quo*, a título de quanto danos morais, no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se dentro de um patamar de razoabilidade e proporcionalidade.

Assim, à vista do exposto e de tudo mais que consta dos autos, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a sentença em todos os seus termos.**

É como voto.

João Pessoa, 29 de outubro de 2015.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides.
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

Apelação Cível nº 0002637-08.2015.815.0000 — 6ª Vara Cível da Capital.

RELATÓRIO.

Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo Bompreço Supermercado do Nordeste S/A em face da sentença de fls. 109/118 que, proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Capital, **julgou procedente em parte os pedidos**, para condenar o demandado em danos morais na quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente desde o arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do evento danoso (13/07/2012), (Súmula 54 do STJ), tendo por improcedente o dano material, por ausência de comprovação do prejuízo financeiro.

Inconformado, o recorrente assevera, em síntese, que não há dano moral a ser indenizado, pois a queda ocorreu por um descuido da apelada e poderia ter acontecido com qualquer pessoa, uma vez que o piso não estava sujo, como alegou a apelada, tratando-se, pois, de culpa exclusiva da vítima. Assim, não haveria que se falar em dano moral. Diz ainda que, embora não tenha qualquer responsabilidade sobre o fato ocorrido, o supermercado providenciou todo o tratamento necessário ao promovente. Requer a reforma integral da sentença; alternativamente, a redução do valor da indenização por danos morais (fls.120/140).

Contrarrazões às fls. 147/151.

A Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 168/171, opinando apenas pelo prosseguimento do recurso, sem manifestação de mérito, porquanto ausente interesse que recomende a sua intervenção.

É o relatório.

À d. Revisão.

João Pessoa, 29 de outubro de 2015.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator